



Defensores da escola pública: ecos das propostas defendidas por grandes pensadores presentes no Manifesto da Educação Nova

Defenders of public school: echoes of the proposals defended by great thinkers present in the New Education Manifesto

Patricia Ferreira Bianchini Borges

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9613-8711>

Universidade Federal de Uberlândia,
Uberlândia, Brasil, patricia@iftm.edu.br

DOI: 10.21680/2596-0113.2023v6n11D31970

Citation: Borges, P. F. B. (2023). Defensores da escola pública: Ecos das propostas defendidas por grandes pensadores presentes no Manifesto da Educação Nova. *History of Education in Latin America - HistELA*, 6(1). Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/31970>

Competing interests: The author have declared that no competing interests exist.

Editor: Olivia Morais de Medeiros Neta

Received: 08/04/2023

Approved: 29/12/2023

OPEN ACCESS

Resumo

Este trabalho é resultado de pesquisa de caráter exploratório do estado da arte com a finalidade de abordar os princípios fundamentais da laicidade, da gratuidade e da obrigatoriedade do ensino presentes nas ideias propostas por intelectuais como Emile Durkheim (1858-1917), John Dewey (1859-1952) e Rui Barbosa (1849-1923), acerca de uma nova política de educação que ecoam nas propostas da política educacional constantes do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932. O corpus de análise bibliográfica se dá a partir da seleção de textos e obras que abordassem a temática foco de pesquisa, considerando-se a atualidade da discussão trazida no documento, decorridos mais de oitenta anos de sua publicação, e pelo fato de se observar ecos de ideias, defendidas por grandes pensadores, como Rui Barbosa no final do século XIX, presentes no referido Manifesto, e que podem ser consideradas atuais nos dias de hoje. A partir da pesquisa, observa-se que a presença dos educadores responsáveis pelas reformas nos anos 20 do século XX nas principais iniciativas educacionais do país nas décadas seguintes, acabou por marcar na historiografia a origem da Escola Nova no Brasil naquele período.

Palavras-chave: Intelectuais da educação. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Obrigatoriedade na educação.

Abstract

This work is the result of exploratory research into the state of the art, with the aim of addressing the fundamental principles of secularity, free and compulsory education, which are present in the ideas proposed by intellectuals such as Emile Durkheim (1858-1917), John Dewey (1859-1952) and Rui Barbosa (1849-1923), about a new education policy that echoes the educational policy proposals contained in the Manifesto of the Pioneers of New Education, published in 1932. The corpus of the bibliographic analysis is based on the selection of texts and works that address the subject of the research, considering the topicality of the discussion brought up in the document, more than eighty years after its publication, and the fact that there are echoes of ideas defended by great thinkers, such as Rui Barbosa at the end of the 19th century, present in the Manifesto, which can be considered current today. The research shows that the presence of the educators responsible for the reforms in the 1920s in the country's main educational initiatives in the following decades ended up marking the origin of the New School in Brazil during that period in historiography.

Keywords: Intellectuals of education. Manifesto of the Pioneers of New Education. Obligation in education.

Introdução

Este trabalho é resultado de pesquisa de carácter exploratório do estado da arte com a finalidade de fazer um breve levantamento de dados acerca da trajetória de grandes intelectuais, responsáveis pela formação do ideário que deu origem à Escola Nova no Brasil, delineado a partir dos contornos das diversas temáticas em que eles atuavam e que se configuraram num recorte atemporal.

É sabido que em uma pesquisa do tipo estado da arte não se pode esgotar a contento toda a trajetória de um sujeito ou tema histórico, muito menos de um intelectual tão influente, como no caso de Rui Barbosa, uma vez que se envolveu diretamente na veiculação de ideias e na construção de projetos que beneficiaram e que contribuíram para o desenvolvimento da educação nacional.

Como o eixo central da pesquisa gira em torno de elementos sociais e históricos determinantes, com foco na História de Intelectuais da Educação, considerando o interesse que esse tema tem despertado nos historiadores e demais estudiosos da área, para aquisição de uma base teórico-metodológica consistente para a realização da pesquisa, além de se fazer uma investigação tanto bibliográfica quanto documental (Gerhardt; Silveira, 2009) do intelectual da educação, foco de estudo, buscando fazer o levantamento das memórias e das experiências do sujeito histórico que construiu a identidade do intelectual pesquisado.

As fontes ou documentos são requisitos fundamentais para a produção e sistematização do conhecimento histórico. O trabalho de levantamento, catalogação, identificação e interpretação das fontes são elementos constituintes da pesquisa histórica e representam o alicerce para a preservação da memória histórica. Segundo Saviani (2004, p. 5-6),

as fontes estão na origem, constitui o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, e nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história.

Conforme Machado (2010), nos pareceres apresentados na Câmara dos Deputados em 1882 e em 1883, Rui Barbosa (influenciado por diversas correntes de pensamento, incluindo as ideias de importantes pensadores como John Dewey e Émile Durkheim) procurou sensibilizar o parlamento sobre a necessidade de o Estado assumir total responsabilidade para com a oferta da educação, desde o jardim de infância até o ensino superior, buscando garantir o acesso das camadas populares à escola, por meio da universalização do ensino, defendendo para tanto a sua laicidade, a sua gratuidade e, conseqüentemente, a sua obrigatoriedade, organizando assim um sistema nacional de ensino, cuja estrutura perdura até os dias atuais, surgindo assim as ideias da Escola Nova.

Rui Barbosa, em sua atuação como educador e defensor da educação pública no Brasil, pode ter sido influenciado pelas ideias de Dewey no sentido de promover uma educação mais prática, conectada à vida cotidiana e que preparasse os alunos para a participação cívica. Em contrapartida, em sua atuação como legislador e defensor da ordem social, pode ter sido influenciado pelas ideias de Durkheim sobre a importância da educação na construção de uma sociedade coesa e na transmissão de valores morais. No entanto, é importante notar que Rui Barbosa também era um pensador e político independente, e suas ideias eram moldadas por uma variedade

de influências e contextos específicos do Brasil no final do século XIX e início do século XX.

Décadas mais tarde, um grupo de vinte e seis educadores brasileiros, lançou um manifesto com o título “A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo”, que circulou em âmbito nacional, com a finalidade de oferecer diretrizes para uma nova política de educação. O documento defendia, entre outras diretrizes, a educação como uma função essencialmente pública; a escola única e comum, sem privilégios econômicos de uma minoria; a formação universitária dos professores atuantes; o ensino laico, gratuito e obrigatório, retomando assim aspectos fundamentais, anteriormente propostos por Rui Barbosa ao elaborar seus pareceres.

Dos grandes pensadores ao Manifesto da Educação Nova

John Dewey (1859-1952) foi considerado um dos maiores educadores americanos do século XX, numa carreira prolífica que se estendeu por décadas, abordando temas como filosofia, educação, psicologia, sociologia e política.

Dewey via a mudança e o crescimento como sendo a própria natureza das coisas. Dessa forma, a experiência social, em detrimento de princípios absolutos, era necessária para avaliar o valor de uma ideia ou prática. Para ele, a chave do desenvolvimento intelectual, e conseqüentemente do progresso social, era a escolarização, sobretudo numa época em que as influências educacionais de outras instituições (o lar, a igreja etc.) decresciam tão drasticamente.

Considerava que, não só a escolarização universal era crucial na rápida transformação social, como também a nova educação era vital, uma educação que era guiada pela perspectiva de que a escola é a vida e não uma preparação para a vida. Desta forma, a melhor preparação para a democracia consistia em proporcionar oportunidades aos alunos e professores de se engajarem ativamente na vida democrática.

O currículo mais apropriado para uma escola com essas características atenderá seriamente aos interesses coerentes das crianças, não como um subterfúgio para gerar motivação, mas como uma forma de ensinar a relação essencial entre conhecimento humano e experiência social. No lugar de censurar os alunos por sua passividade, focalizou sua atenção diretamente na pedagogia das escolas. Dewey criticou severamente as escolas públicas por silenciarem e ignorarem os interesses e as experiências dos alunos, utilizando uma linguagem que serve apenas para aliená-los. A sala de aula deveria abarcar uma espécie de vida comunitária democrática, preocupada com a dignidade humana e com a inteligência científica que era pensada fora da escola (Apple; Teitelbaum, 2008).

Dewey discordou abertamente dos defensores mais extremistas da visão progressista centrada na criança, deixando claro que o papel crucial deveria ser desempenhado pelos professores, ajudando a associar os interesses dos alunos de modo a assegurar o desenvolvimento intelectual com as experiências educativas. Para tanto, definiu a educação como a reconstrução ou reorganização das experiências que somam ao significado de experiência, e que aumenta a capacidade de conduzir o curso de experiências subsequentes.

Manteve-se comprometido na defesa de uma sociedade intencionalmente progressista. Condenou a visão tradicional da cultura como abertamente aristocrática na sua dimensão exclusivista e iníqua e optou, pelo contrário, em fundamentar a cultura e a estética na experiência comum. De igual modo, em vez de uma escola que

permanece isolada da vida social, Dewey defendeu que a escola deveria assumir um papel participativo na transformação para uma melhor ordem social. Reconheceu a natureza das barreiras e distinções de classe e advogou que as escolas poderiam ajudar a eliminar tais barreiras.

Segundo Apple e Teitelbaum (2008), Dewey considerava que a escola não pode ser uma preparação para a vida, mas sim, a própria vida. Assim, a educação tem como eixo norteador a vida-experiência e aprendizagem, fazendo com que a função da escola seja a de propiciar uma reconstrução permanente da experiência e da aprendizagem dentro de sua vida. Então, para ele, a educação teria uma função democratizadora de igualar as oportunidades. De acordo com o ideário da escola nova, quando falamos de direitos iguais perante a lei, devemos estar aludindo a direitos de oportunidades iguais perante a lei.

Em lugar de começar com definições já elaboradas, Dewey acreditava que os professores deviam usar procedimentos que fizessem cada aluno raciocinar e elaborar os próprios conceitos para depois confrontar com o conhecimento sistematizado. Podemos afirmar que as teorias modernas da didática, como o construtivismo e os fundamentos da Base Nacional Comum Curricular, têm inspiração nas ideias do educador.

Émile Durkheim nasceu na França em 1858 e lá viveu até sua morte em 1917. Pioneiro a mostrar o valor da sociologia para os estudos educacionais sendo, por isso, considerado por muitos como o grande fundador das Ciências Sociais, por ter sido pioneiro: iniciou a primeira cátedra de Ciências Sociais em uma universidade francesa, foi Professor de Sociologia e Pedagogia na Sorbonne.

A educação para ele papel importante na função de preparar o indivíduo para integrar-se harmoniosamente no corpo social. Segundo Durkheim, a educação é instituição social que é base fundamental para manter a cultura de uma sociedade. A educação é instituição que tem função de transmitir os valores morais da sociedade, pois toda anomalia da estrutura social é causada pelo mau funcionamento dessa instituição. Enfatizava a importância da ciência no currículo escolar, como sendo chave do conhecimento.

Somente com educação moral e autoritária o aluno poderá futuramente agir de forma racional, dentro de certa autonomia e ajudando manter o funcionamento da estrutura social. A educação de Durkheim se mostra em forma autoritária de educação, esquecendo os valores democráticos. Influenciado por Rousseau, aos olhos de Durkheim, os alunos não têm direitos democráticos e as crianças estão sujeitas à autoridade dos pais, assim como dos professores. Assim, sociedade e escola, impõem castigos aos infratores, uma vez que a disciplina é necessária tanto para a escola como para a sociedade (Pickering, 2008).

Rui Barbosa de Oliveira (1849-1923) foi um dos intelectuais mais brilhantes de seu tempo, destacando-se como jurista, advogado, político, diplomata, escritor, filólogo, jornalista, tradutor e orador; atuou ainda na defesa do federalismo, do abolicionismo e na promoção dos direitos e garantias individuais dos cidadãos. Ao redigir os Pareceres, logo no início de sua formação intelectual, já estava imbuído de ideias liberais, no entanto, interessa-nos aqui, essencialmente, sua atuação e interesse pela educação, que por sinal eram decorrentes do grande apreço que tinha pela figura de seu pai, médico de grande influência social.

Sua obra, organizada para publicação pela Fundação Casa de Rui Barbosa, inclui cerca de cento e trinta volumes, dentre eles destacam-se, para o propósito desse estudo, como já mencionado, dois importantes diagnósticos sobre educação: tomando

como referência a Reforma do Ensino Livre, de 13 de abril de 1882, apresentou a Reforma do Ensino Secundário e Superior (1882) publicados ainda no mesmo ano pela Tipografia Nacional e, posteriormente, inseridos no conjunto Obras Completas de Rui Barbosa, organizados pela Fundação Casa de Rui Barbosa na década de 1940, e a Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública (1883). Cumpre ressaltar que, esses pareceres originaram-se da análise do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, que reformava o ensino primário e secundário no município da Corte e o ensino superior em todo o Império.

No Parecer citado, é interessante observar que Rui Barbosa já apresentava uma concepção de educação integral, visto que este termo último não era muito utilizado na época, bem como há ali presente também uma preocupação quanto à adoção de práticas escolares diferenciadas daquelas que estavam sendo executadas no cotidiano escolar à época. Para ele, era necessário que a educação no Brasil adentrasse um processo efetivo de ampla renovação e, por isso, a importância do estabelecimento de um método novo que atendesse essas novas demandas era ainda mais intensificada visando a formação plena do sujeito.

Posteriormente, o pensamento escolanovista dito pioneiro beberá dessas fontes no estabelecimento dos seus princípios. Tecendo uma crítica ácida à educação que se é executada no Brasil daquele período, já que o método utilizado em sala se preocupava demasiadamente com a memorização, por meio de atividades de repetição e o uso de pergunta-resposta com forma de verificação da aprendizagem.

O século XIX foi o século no qual se difundiu a necessidade da escola pública e Rui Barbosa, influenciado pelas discussões dessa época, empenhou-se na criação de um projeto de modernização do país, comprometendo-se com a criação de um sistema nacional de ensino, que deveria organizar as escolas desde o jardim de infância até a universidade, regulamentando o horário de seu funcionamento, a duração das aulas, os conteúdos divididos por séries, a uniformização dos compêndios escolares, a higiene, o método de ensino, os prédios e mobiliários escolares, entre outros assuntos, estruturando-se, assim, as escolas que hoje conhecemos (Machado, 2010).

Para Rui Barbosa, o Estado deveria se responsabilizar pela instrução pública e isso exigiria aumento de verbas para a execução da reforma proposta. Assim sendo, tratou logo da questão financeira ao iniciar os pareceres constantes na Reforma do Ensino Secundário e Superior (1882), demonstrando que, ao contrário do Brasil, muitos países investiam muito dinheiro em educação, em universidades e em laboratórios. Enfatizou a importância do ensino científico, de música, de ginástica e de desenho no programa do ensino secundário. Para justificar a introdução do desenho, Rui Barbosa argumentou que ele poderia contribuir para o desenvolvimento da indústria, de maneira a diversificar a economia brasileira, basicamente agrícola naquela época (Machado, 2010).

Na Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública (1883), Rui Barbosa defendia a criação dos jardins de crianças, que deveriam educar antes que a criança entrasse para a escola primária aos sete anos de idade, atendendo a um antigo anseio da comunidade, ou seja, a criação de um lugar no qual os filhos dos trabalhadores pudessem ficar abrigados. Para justificar sua proposta, Rui Barbosa afirmou que essa ideia já estava sendo disseminada em muitos países da Europa e apresentando bons resultados. Explicitou as vantagens obtidas com esse ensino, que eram a educação da mão e do olho, dos hábitos de asseio e higiene, de urbanidade, de autocontrole, entre outros, que ao mesmo tempo aguçavam o engenho infantil.

Nessa etapa da formação, as crianças desenvolveriam sua capacidade de observação e de linguagem, ampliando, para tanto, o tempo de escolaridade das crianças, adicionando em média dois anos de estudos. Condenava o ensino da leitura e da escrita ou do cálculo nessa fase, já que se buscava preparar a criança para esse aprendizado posterior (Machado, 2010).

Durante o período imperial (1822-1889), a instrução primária era privilégio usufruído somente para os mais favorecidos, ou seja, as famílias abastadas eram as únicas que podiam encaminhar seus filhos aos estudos, que, na maioria das vezes, ocorriam por meio de preceptores em suas próprias residências. Nos pareceres sobre o ensino primário, Rui Barbosa defendia a reorganização total dos programas escolares, visto que considerava o ensino existente na época caótico.

Para ele, o ensino elementar exigia uma completa reestruturação, com a adoção de novos métodos, a construção de novos prédios, a adequação das carteiras aos corpos dos alunos, a boa ventilação das salas de aula e a adequada iluminação. Para sua efetivação, o Estado era de vital importância, assim como considerava que para garantir a escola leiga, a obrigatoriedade e a liberdade do ensino havia a necessidade de um mecanismo de fiscalização a cargo do próprio Estado.

Para que todos pudessem frequentar a escola, seria necessária a adoção da obrigatoriedade escolar, que estava prevista em lei; mas, segundo ele, era “letra morta”, apesar de várias tentativas de torná-la realidade. Para Rui Barbosa, a disposição do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, de delimitar a idade escolar dos 7 aos 14 anos para meninos e meninas deveria ser mantida, salvo a necessidade de conceder às meninas com mais de 13 anos, o direito de faltar na escola três dias por mês por questões fisiológicas inerentes à idade. Assim sendo, o ensino deveria se subordinar à fisiologia da criança; diferentemente dos métodos utilizados até então que eram hostis à vida humana.

Caberia ao professor estimular a curiosidade e o entendimento das palavras, com base na intuição, desprezando a memorização, com a ênfase na cartilha e ao ponto de exame como método de avaliação do conhecimento. Propôs a aplicação de sanção penal em caso de descumprimento da lei do ensino obrigatório, prevendo a ordem judicial, exigindo a obrigatoriedade e a cobrança de multas, com possibilidade de pena de prisão em caso de resistência, de modo que ligada à obrigatoriedade estava a gratuidade, reconhecida como necessidade (Machado, 2010).

As relações entre o Estado e a liberdade de ensino eram bem definidas no projeto, obedecendo a uma orientação liberal. O Estado seria o financiador da escola pública, fato que exigia, no entanto, que o ensino religioso não fizesse parte do programa adotado. Para Rui Barbosa, era urgente a separação entre o Estado e a Igreja, uma vez que a maior parte dos países já estava adotando o ensino leigo. Por conseguinte, nos pareceres, rechaçava veementemente o ensino religioso professado obrigatoriamente a todos os alunos.

Nessa concepção, o professor tinha uma importante tarefa, já que ele era o eixo dessa formação, cultivando no aluno o sentimento de amor à Pátria e ao trabalho. Dada a importância desse ensino, sua organização pedagógica proposta não poderia ser negligenciada. A duração das lições deveria conciliar a suficiência do tempo de estudo, a brevidade das lições proporcionais à idade; os intervalos reanimadores e a unidade da sessão escolar. Para tanto, o professor deveria possuir habilitação adequada, e, como faltavam professores preparados, esses deveriam ser contratados no exterior, deste modo, Rui Barbosa criticava o fato de inexistir uma escola normal a cargo do Estado no Brasil para preparar seus profissionais de educação.

Frente à sua importância, condenava as escolas normais noturnas por não permitir ao futuro professor a prática do que estava aprendendo, por considerar que a especificidade desse nível exigia escolas que preparassem professores para esse ramo de ensino fixando, também, um detalhado programa para elas, recorrendo a um minucioso exame dos programas adotados em vários países, uma vez que entendia que, o conteúdo da escola elementar seria matéria obrigatória na escola normal.

Fixava, portanto, sua duração em quatro anos, exigindo que a admissão dos alunos se fizesse, apenas, quando concluíssem a escola primária superior, demonstrando o conhecimento de uma língua estrangeira (francês, inglês ou alemão) e o conhecimento de latim, provando ter idade entre 16 e 21 anos, dedicando-se totalmente aos estudos e fazendo estágios nas escolas anexas às escolas normais (Machado, 2010).

Na era republicana, o Brasil mantinha suas bases administrativas voltadas para a Teoria Geral da Administração. Na década de 1930, Getúlio Vargas assume o governo provisório e afirma a um grupo de intelectuais o imperativo pedagógico que a revolução reivindicava. Foi nesse período que as reformas organizacionais aconteceram com mais força nos Estados e, por conseguinte, na educação. Junto desse movimento, alguns intelectuais envolvidos pelas ideias de Dewey e Durkheim se aliam e, em 1932, promulgam o Manifesto dos Pioneiros, que teve como principal personagem Fernando de Azevedo.

O referido Manifesto que teve como principal personagem Fernando de Azevedo, junto dele grandes humanistas e figuras respeitáveis de nossa história pedagógica, podem ser citadas, como, por exemplo, Lourenço Filho (1897–1970) e Anísio Teixeira (1900–1971). Assinado por 26 influentes educadores, no ano de 1932, com o título “A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo”, o documento circulou em âmbito nacional com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação, opondo-se às práticas pedagógicas tradicionais, vigentes na época, e visando uma educação que pudesse integrar o indivíduo à sociedade e, ao mesmo tempo, pudesse ampliar o acesso de todos à escola.

Os educadores que assinaram o Manifesto consideravam que a escola tradicional estava instalada para uma concepção burguesa, deixando o indivíduo numa autonomia isolada e estéril. Não obstante, o documento defendia a educação como uma função essencialmente pública, obviamente a cargo do Estado; que a escola deveria ser única e comum; que todos os professores deveriam ter formação universitária e que o ensino deveria ser laico, gratuito e obrigatório, assim como o fez Rui Barbosa décadas antes ao escrever seus Pareceres.

O Manifesto, em relação à política educacional, pode ser dividido em três áreas distintas para melhor compreensão: a primeira área trata da educação pública, delegando ao Estado e não mais à família a função de promover a educação. A segunda trata da escola única, cabendo ao Estado a função de tornar a educação acessível em todos os seus níveis a todos os cidadãos, de forma igualitária. A terceira área traz à tona a laicidade, a gratuidade, a obrigatoriedade e a coeducação, tratados por nós com maior interesse nesse texto (Azevedo, 2010).

A Escola Nova foi um movimento de renovação do ensino especialmente forte na Europa, na América e no Brasil na primeira metade do século XX. O escolanovismo se desenvolveu no Brasil sob importantes impactos de transformações econômicas, políticas e sociais. Faz-se necessário salientar que, a Educação Nova, também chamada de Escola Nova, nasceu como um movimento de revisão e de crítica da chamada pedagogia tradicional, antecessora ao referido movimento, procurando romper com o professor como centro do processo educacional. Os escolanovistas

criticavam a educação tradicional, porque ensinava a copiar e não a pensar, e por se achar centrada no professor e na transmissão de conhecimento já construído anteriormente, tendo “substituído à alegria de viver pela inquietude, o regozijo pela gravidade, o movimento espontâneo pela imobilidade, as risadas pelo silêncio” (Gadotti, 1996, p. 143).

O escolanovismo acredita que a educação é o exclusivo elemento verdadeiramente eficaz para a construção de uma sociedade democrática, que leva em consideração as diversidades, respeitando a individualidade do sujeito, apto a refletir sobre a sociedade e capaz de inserir-se nessa sociedade. De acordo com alguns educadores, dentre eles John Dewey, a escola não pode ser uma preparação para a vida, mas, sim, a própria vida, a educação escolarizada deveria ser sustentada no indivíduo integrado à democracia de modo a levá-lo a ser um cidadão atuante e democrático uma vez que de acordo com o ideário da Escola Nova, quando falamos de direitos iguais perante a lei, devemos aludir a direitos de oportunidades iguais perante a lei.

Com a Escola Nova, o aluno assume, portanto, papel central no processo de ensino-aprendizagem, sendo visto, a partir de então, como um ser ativo nesse processo. O professor, por conseguinte, passa a exercer o papel de facilitador da aprendizagem, daquele que auxilia o desenvolvimento espontâneo do aluno. Assumindo, conseqüentemente, uma função de não mais ensinar, e sim de criar situações para que os alunos construam seus próprios conhecimentos e aprendizagens.

A pedagogia nova é, por isso, reconhecida como uma das maiores reviravoltas no pensamento educacional do século XX; embora seja necessário salientar que seus precursores remontam ao século XVIII, com o escritor Jean Jacques Rousseau (1712-1778), e ao século XIX, com pedagogos Heinrich Pestalozzi (1746-1827) e Friedrich Fröbel (1782-1852). O grande nome do movimento na América foi o filósofo e pedagogo John Dewey (1859-1952).

O psicólogo Edouard Claparède (1873-1940) e o educador Adolphe Ferrière (1879-1960), entre muitos outros, foram os expoentes na Europa. No Brasil, as ideias da Escola Nova foram introduzidas já em 1882 por Rui Barbosa (1849-1923). Destacamos aqui a influência de Dewey, filósofo norte-americano, por ter sido precursor ao formular o novo ideal pedagógico e ao afirmar que a “Escola Nova deve se dar pela ação e não pela instrução influenciando a elite brasileira com o movimento da Escola Nova. Para ele essa concepção tem que ser uma experiência concreta, ativa e produtiva em cada um” (Gadotti, 1996, p. 143).

Segundo Lourenço Filho, na escola que Dewey dirigia no final do século passado, na Universidade de Chicago: “As classes deixavam de ser locais onde os alunos estivessem sempre em silêncio, ou sem qualquer comunicação entre si, para se tornarem pequenas sociedades, que imprimissem nos alunos atitudes favoráveis ao trabalho em comunidade.” (Lourenço Filho, 1950. p. 133).

No campo específico da pedagogia, a teoria de Dewey se inscreve na chamada educação progressiva. Um de seus principais objetivos é educar a criança como um todo. O que importa é o crescimento físico, emocional e intelectual. No documento, a defesa da laicidade está relacionada a uma luta travada contra o ensino religioso, predominante no Brasil em boa parte das escolas existentes, pelo respeito à personalidade que se forma dentro da escola, longe de confrontos religiosos e desrespeito pela presença ou não de crenças, colocando o ambiente escolar acima de quaisquer disputas religiosas e expulsando o dogmatismo sectário do ambiente escolar.

Segundo o Manifesto, a gratuidade, extensiva a todas as instituições oficiais de educação é um princípio igualitário e, por conseguinte, dependente da obrigatoriedade, pois, o Estado não pode tornar o ensino obrigatório e igual para todos se este não for gratuito e se não atender a todos os níveis econômicos e sociais presentes nas camadas da população. A escola unificada não permite ainda, entre alunos de um e outro sexo outras separações que não sejam as que aconselham suas aptidões psicológicas e profissionais, estabelecendo em todas as instituições “a educação em comum” ou coeducação, pondo-os no mesmo pé de igualdade no processo educacional.

Ao ser lançado, em meio ao processo de reordenação política resultante da Revolução de 1930, o documento se tornou o marco inaugural do projeto de renovação educacional do país e a adesão sistemática dos escolanovistas em favor dos princípios da Escola Nova foi realmente necessária naquele momento histórico, pois o movimento de transformação social apontava para a instauração de uma ordem social burguês-industrial, consubstanciada nos ideais da democracia e na formação do homem-cidadão.

A educação pública, compreendida como responsabilidade do Estado, conseqüentemente serviria de pano de fundo para as expectativas de uma escola única; em outras palavras, se a educação é para todos, então, as classes populares não beneficiadas pelas escolas privadas, teriam uma escola similar às instituições privadas e, de tal modo, o ensino ocorreria de forma igualitária. A laicidade, a gratuidade, a obrigatoriedade e a coeducação são, portanto, alguns dos princípios em que assenta a escola unificada e que decorrem do direito que cada ser humano tem à educação, para desenvolver plenamente sua liberdade.

Conclusões

Diante do exposto, podemos afirmar que do século XIX, decorrem os Sistemas Nacionais de Ensino, que vão do jardim de infância às universidades, e as grandes leis da instrução pública de todos os países europeus e americanos. Todos levaram a escola primária a todas as regiões de seus territórios, tornando-a universal, gratuita, obrigatória e, na maior parte, leiga ou extraconfessional.

O Estado, assumindo, pouco a pouco, sua face intervencionista, foi chamado para se encarregar da instrução de todas as classes populares, independentemente de sua condição social, criando um sistema nacional de ensino laico, gratuito e obrigatório. Desde então, a educação era vista como a instituição que poderia igualar e dar as mesmas oportunidades às diferentes camadas da população preparando o aluno para o trabalho e para a cidadania, retomando a pedagogia positivista de Spencer (1820-1903), filósofo inglês, precursor do pensamento evolucionista, que acreditava na educação como mola para o progresso do país.

Uma das principais lições deixadas por Émile Durkheim a respeito da educação é a ideia de que a educação é um processo fundamental para a formação da consciência coletiva e para a integração social. Durkheim acreditava que a educação deveria ser vista como um instrumento para transmitir os valores e normas da sociedade para as novas gerações, a fim de garantir a continuidade da vida social. Em resumo, Durkheim defendia que a educação não era apenas um meio para a aquisição de habilidades e conhecimentos, mas sim um processo fundamental para a construção da identidade social e para a formação de uma consciência coletiva capaz de sustentar a vida em sociedade.

O presente estudo mostra que, Durkheim acreditava que a sociedade seria mais beneficiada pelo processo educativo. Como vimos, para ele, a educação é uma socialização da jovem geração pela geração adulta. E quanto mais eficiente for o processo, melhor será o desenvolvimento da comunidade em que a escola esteja inserida, enquanto Dewey foi um dos pioneiros em destacar a capacidade de pensar dos alunos. Ele acreditava que para o processo educativo é necessária comunicação, troca de ideias, sentimentos e experiências sobre situações práticas do dia a dia.

Uma das principais lições deixadas por John Dewey é a possibilidade de não existir separação entre vida e educação. Como ele dizia, “as crianças não estão, num dado momento, sendo preparadas para a vida e, em outro, vivendo”. Ou seja, a jornada do aprendizado é simplesmente o caminho que fazemos vivenciando cada experiência, pois acreditava que a educação deveria ser vista como um processo contínuo de aprendizado ao longo da vida, e não apenas como um conjunto de conhecimentos a serem adquiridos.

Um dos principais legados de Rui Barbosa em respeito da Escola Nova foi a ideia de que a educação deve ser voltada para a formação integral do indivíduo, incluindo aspectos físicos, psicológicos e morais. Outra grande lição deixada por Rui Barbosa a respeito da Escola Nova foi a importância de uma educação voltada para a formação integral do indivíduo, capaz de promover a liberdade, a criatividade, a diversidade e a transformação social. Ideal perseguido até os dias atuais, por todos os educadores que acreditam na educação como meio de transformação.

Ao se discorrer sobre a função da escola pública, verifica-se que os problemas colocados em pauta não são novos. Avolumam-se os relatos de sua ineficiência, de seu atraso, de sua precariedade, da insatisfação do professorado quanto às condições de trabalho e quanto aos baixos salários, entre outros. Muito antes de os professores que atuam atualmente nascerem, já se dizia, por exemplo, que na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da Educação. Um aspecto importante e político da Escola Nova é a sua visão que liga a educação aos processos sociais, ou seja, a escola deve atender aos desafios da sociedade e isso deve ser feito de forma crítica e dialogada.

Como a efetivação do direito à educação a cargo do Estado, proposto por Rui Barbosa e pelos escolanovistas, foi garantido somente anos mais tarde pela Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988), conclui-se que o direito à educação, relativo à obrigatoriedade escolar, esteve e ainda está situado em um campo frágil, pois a previsão legal e a realidade estão distanciadas, evidenciando a fragilidade da cidadania dos indivíduos em idade escolar no Brasil, bem como da garantia de seu acesso e permanência na escola, embora, como já mencionado, tenham sido levantados por Rui Barbosa, reafirmados no Manifesto da Educação Nova e sejam garantidos no texto da Carta Magna do nosso país há muito o que se fazer para realmente efetivá-lo em igualdade de condições.

Referencias

APPLE, Michael W.; TEITELBAUM, Kenneth. John Dewey (1859-1952). In: PALMER, Joy A. **50 Grandes Educadores: de Confúcio a Dewey**. São Paulo: Contexto. 2008. p. 217-223.

AZEVEDO, Fernando de (et. al.). **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959**. Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>> Acesso em 30 jan. 2023.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em 30 jan. 2023.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1996.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 30 jan. 2023.

LOURENÇO FILHO. **Introdução ao estudo da Escola Nova**. São Paulo: Melhoramentos, 1950. p. 133.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa**. Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana. 2010. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4715.pdf> Acesso em 30 jan. 2023.

PICKERING, William. Émile Durkheim (1858-1917). In: PALMER, Joy A. **50 Grandes Educadores: de Confúcio a Dewey**. São Paulo: Contexto. 2008. p. 202-207.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, J. C. e NASCIMENTO, M. I. M. (Org). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2004.